

Subcomitê de Cooperação do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio - CONFAC

Ata da 9ª Reunião

Às 11h do dia 06 de novembro de 2024, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 9ª Reunião Ordinária do Subcomitê de Cooperação do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (CONFAC), em conformidade com o Decreto nº 11.717, de 28 de setembro de 2023, sob a presidência compartilhada do Coordenador-Geral de Facilitação do Comércio do Departamento de Promoção das Exportações e Facilitação do Comércio, da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e da Subsecretária de Administração Aduaneira da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda.

Após as boas-vindas, a Presidência do Subcomitê de Cooperação informou que a pauta da reunião foi construída a partir de proposições do setor privado e reforçou o compromisso do comitê com a facilitação do comércio, a redução da burocracia e a busca de maior eficiência nos processos de exportação e importação. Foi destacada a relevância das discussões do Subcomitê para subsidiar decisões do CONFAC e para proporcionar um espaço onde é possível aprofundar a análise de temas críticos para a melhoria do comércio exterior do Brasil.

Após mencionar que a reunião estava sendo transmitida ao vivo pelo *YouTube*, a Presidência do Subcomitê de Cooperação passou aos tópicos da agenda.

1. Embalagem de Madeira no Portal Único de Comércio Exterior

O primeiro ponto de pauta foi trazido pelo Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo - Sindasp, que fez uma apresentação sobre o tema. O Sindasp destacou que o processo de liberação de embalagem de madeira apresenta três sistemáticas distintas para transporte marítimo, aéreo e terrestre, gerando inconsistências operacionais. Apontou também o uso precário do módulo LPCO, que é inadequado para o controle de embalagens de madeira, por ser voltado ao tratamento administrativo. Além disso, mencionou que a falta de integração de dados e gestão de riscos automatizada impactam negativamente o fluxo das operações.

Diante desse contexto, a solução proposta pelo Sindasp baseia-se: na implementação do controle de embalagem de madeira no módulo CCT do Portal Único de Comércio Exterior, adequando o processo para gestão de carga; na harmonização de procedimentos entre modais e centralização do controle no CCT, utilizando o conhecimento de carga para a gestão de riscos; na inserção das regras de riscos diretamente no Portal Único e disponibilização de relatórios adicionais ao Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA; na previsão no extrato do CCT da seleção da carga e no bloqueio automático de trânsitos aduaneiros ou da entrega de cargas, evitando liberações indevidas.

Em síntese, a proposta visa à harmonização de procedimentos, intensificação do uso de tecnologia, gestão de riscos automatizada, reaproveitamento de dados, centralização dos processos no Portal Único e eliminação de verificações duplas.

Após a apresentação do Sindasp, o MAPA informou que tem acompanhado a discussão sobre embalagens de madeira e reconhece as dificuldades no atual modelo de controle, que apresenta lacunas na harmonização de procedimentos e integração de dados. Esclareceu que a fiscalização de embalagens de madeira é um tema sensível, pois envolve aspectos fitossanitários cruciais

para proteger a agropecuária nacional, e enfatizou que o órgão está comprometido em colaborar com os ajustes necessários para melhorar os processos de controle no comércio exterior.

Além do MAPA, a Receita Federal, a Confederação Nacional da Indústria-CNI e a Secretaria de Comércio Exterior-SECEX manifestaram concordância com a necessidade de melhorias nos processos e destacaram alguns pontos para discussão, como: a viabilidade técnica de implementar o controle no módulo CCT sem comprometer a segurança fitossanitária; a necessidade de um plano de transição bem estruturado para evitar impactos nas operações atuais; a importância do envolvimento de todos os *stakeholders*, incluindo operadores portuários e aeroportuários, desde as primeiras fases de implementação; a necessidade de sensibilizar a alta gestão do MAPA, buscando apoio institucional e político para priorizar a modernização do controle de embalagens de madeira e a importância de formalizar o tema no Plano de Trabalho do CONFAC, consolidando-o como uma prioridade estratégica.

A partir desses pontos, foram definidos os seguintes encaminhamentos:

- O Sindasp e o MAPA trabalharão juntos na formulação de um MVP (Produto Mínimo Viável) para a solução;
- Serão realizadas reuniões técnicas entre MAPA, Receita Federal e setor privado para detalhar os requisitos do projeto;
- A CNI elaborará uma minuta inicial detalhando a proposta de controle de embalagens de madeira no Portal Único, a ser avaliada e aprimorada pelos demais convidados do setor privado;
- A SECEX apoiará a articulação para sensibilização da alta gestão do MAPA, com vistas a garantir a priorização do tema;
- O tema será incluído no Plano de Trabalho do CONFAC, garantindo maior visibilidade e suporte estratégico às ações.

2. Modelos de concessão: Armazenagem x Fluidez

O segundo ponto de pauta também foi apresentado por representante do Sindasp, que ressaltou a importância de discutir os modelos de concessão atualmente vigentes para operadores portuários, aeroportuários e de fronteira. Foi destacado que o modelo atual, baseado em armazenagem, carece de incentivos que promovam investimentos voltados à fluidez logística. A ideia é sensibilizar as entidades responsáveis, como o Ministério de Portos e Aeroportos, Agência Nacional de Aviação Civil-Anac e Agência Nacional de Transportes Aquaviários-Antaq, para incluir as necessidades do comércio exterior em futuros ajustes ou novos modelos de concessão.

A proposta central foi a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de:

1. Compreender as limitações do modelo de concessão vigente;
2. Levantar modelos alternativos, baseando-se em *benchmarking* internacional;
3. Propor soluções concretas e alinhadas às necessidades de usuários, incluindo despachantes, importadores, exportadores, transportadores, operadores e a academia.

A Receita Federal manifestou apoio à criação do grupo de trabalho, considerando o tema oportuno e alinhado às recomendações do *Time Release Study* de 2020. Foi destacada a relevância de envolver outras entidades, como o Ministério dos Transportes e outras agências reguladoras, além de representantes técnicos capacitados para abordar o tema de forma ampla.

A CNI sugeriu que o grupo de trabalho ampliasse sua análise para incluir aspectos tributários e legislativos, além das questões operacionais. Foram mencionadas iniciativas legislativas em tramitação e medidas provisórias não avançadas que poderiam ser resgatadas para fortalecer a estrutura normativa e modernizar o arcabouço legal do tema.

Como encaminhamentos, ficou definido que Sindasp e CNI deverão consolidar os objetivos macros do grupo de trabalho, sugerir *stakeholders* e detalhar os entregáveis esperados. Esse material será utilizado para subsidiar a formalização do grupo no âmbito do CONFAC.

Encaminhamentos:

- Sindasp e CNI deverão elaborar um documento estruturado, incluindo os objetivos macros e entregáveis esperados para o grupo de trabalho.
- Será proposta a criação de grupo de trabalho no Subcomitê Executivo, com posterior encaminhamento ao CONFAC para aprovação formal.
- Inclusão de entidades externas, como Anac, Antaq, Ministério de Portos e Aeroportos e Ministério dos Transportes, no grupo de trabalho.

3. Estudos da CNI sobre gestão coordenada de fronteiras

O terceiro ponto da reunião tratou dos estudos da CNI sobre gestão coordenada de fronteiras. A entidade destacou que a gestão coordenada de fronteiras é um dos pilares fundamentais da agenda de facilitação de comércio, alinhada a iniciativas como o Portal Único de Comércio Exterior, o Programa OEA e a Gestão de Riscos. A CNI acompanha o tema há anos e realizou análises sobre a fronteira de Uruguiana, em 2022, e mais recentemente sobre a fronteira de Foz do Iguaçu.

Os estudos tiveram como objetivo propor medidas conjuntas entre autoridades nacionais e internacionais para aprimorar a eficiência nos processos fronteiriços, promovendo simplificação, previsibilidade, segurança jurídica e o combate às práticas ilegais de comércio. A abordagem incluiu uma análise detalhada de infraestrutura e alocação de recursos, coordenação e cooperação entre autoridades nacionais e internacionais e interação com o setor privado. Também foram considerados aspectos normativos, com base nas diretrizes da OMC e da Convenção de Quioto Revisada.

A CNI apresentou os principais pontos críticos identificados nos estudos. Em Uruguiana, os desafios incluem a escassez de funcionários, rotinas não automatizadas, atrasos no despacho e falta de cooperação bilateral. Já em Foz do Iguaçu, os problemas mais evidentes estão na infraestrutura inadequada, necessidade de apresentação de documentos físicos e dificuldades nas operações de exportação. Nos dois casos, foram realizadas entrevistas com *stakeholders* locais, como órgãos intervenientes, transportadores, despachantes e empresas da base industrial.

Os estudos resultaram em proposições de planos de trabalho, com foco em eixos como infraestrutura, coordenação e cooperação e maior integração com o setor privado. Entre as recomendações, destacou-se a necessidade de implementar uma janela única de inspeção para evitar sobreposições de processos e aumentar a eficiência operacional. A CNI também enfatizou que o nível de implementação de áreas de controle integrado no Brasil ainda é baixo e precisa de avanços significativos.

Durante a discussão, foi mencionada a relevância de alinhar o estudo da CNI com outras iniciativas, como o trabalho realizado pelo Procomex em parceria com o Banco Mundial, que

também aborda a gestão coordenada de fronteiras. Representante da Receita Federal destacou a qualidade do relatório da CNI, pontuando que apresenta um diagnóstico detalhado e é de fácil consulta.

A CNI disponibilizou os *links* para acesso aos estudos completos e reforçou que a entidade está à disposição para esclarecer dúvidas e receber sugestões. A SECEX agradeceu as contribuições e destacou que as recomendações do estudo serão consideradas no plano de trabalho do CONFAC, especialmente no eixo voltado à gestão coordenada de fronteiras.

Na sequência, SECEX e Receita Federal agradeceram a presença e o engajamento de todos e encerraram a reunião.